

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

BEATRIS MARIANO DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUA
ATUAÇÃO JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS

UBERLÂNDIA – MG

2021

BEATRIS MARIANO DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUA
ATUAÇÃO JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para o grau de Licenciado em Pedagogia, modalidade a Distância da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Pós-doutor Robson Luiz de França

UBERLÂNDIA – MG

2021

BEATRIS MARIANO DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUA
ATUAÇÃO JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para o grau de Licenciado em Pedagogia, modalidade a Distância da Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, 12 de Novembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Professor Robson Luiz de França - Pós-doutor UFU

Dedico este trabalho a minha mãe, a minha filha e ao meu marido pelo estímulo, carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha tutora Priscila Francisca da Silva Pernambuco pelo incentivo, motivação e orientação nessa caminhada acadêmica.

RESUMO

Esta pesquisa aborda o conceito educativo de Pedagogia e a discussão sobre um novo perfil de formação do pedagogo para além prática educativa docente. Apresenta também as legislações da Política de Assistência Social e sua constituição enquanto Política Pública, bem como o trabalho do pedagogo na Assistência Social, mais especificamente no Centro de Referência da Assistência Social, além de identificar alguns desafios que esse profissional enfrenta na constituição da sua identidade nesse espaço de atuação. Este trabalho objetiva discutir a formação do pedagogo dentro dos contextos não escolares e proporcionar uma reflexão sobre sua atuação no âmbito da Política Pública de Assistência Social, mais especificamente no Centro de Referência da Assistência Social. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, portanto, foram estudados artigos acadêmicos, livros, sites com assunto do tema abordado, para obter fundamentação teórico-metodológica.

Palavras-chave: Educação, Pedagogia, Formação, Atuação e Assistência social.

ABSTRACT

The research approaches the educational concept of Pedagogy and the discussion about a new pedagogue formation profile beyond the teaching educational practice. It also presents the legislation of the Social Assistance Policy and its constitution as a Public Policy, as well as the work of the Pedagogue in Social Assistance, more specifically in the Social Assistance Reference Center. It also points out some challenges that these professionals face in constituting their identity in this space of work. This work aims to discuss the training of pedagogues within non-school contexts, and to provide a reflection on their performance in the field of Social Assistance, at the Reference Center for Social Assistance. The methodology used in this work was the bibliographical research, academic articles, books, websites and legislation with subjects on the approached theme were studied, in order to obtain a theoretical and methodological foundation.

Keywords: Education, Pedagogy, Training, Performance and Social Assistance.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO PARA ATUAR ALÉM DOS CONTEXTOS ESCOLARES.....	13
	2.1 – Pedagogia – Conceito Educativo.....	13
	2.2 – Formação e os campos de atuação profissional do pedagogo.....	14
3	CONHECENDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	17
	3.1 – As legislações que definem a Política de Assistência Social.....	17
	3.2 – Atuação do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social.....	19
	3.3 – Desafios à constituição da identidade profissional do pedagogo na Política de Assistência Social.....	21
4	METODOLOGIA.....	22
5	CONCLUSÃO.....	23
6	REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Memorial Reflexivo: Um breve relato da minha trajetória de vida e profissional

Meu nome é Beatris Mariano de Souza, moro em São José do Rio Preto/SP e atualmente sou agente administrativo concursada na prefeitura desse município. Sou casada e tenho uma filha de cinco anos. Por meio deste relato, apresento minha trajetória escolar e profissional em relação à educação.

Minha família é de origem muito humilde, meu pai abandonou os estudos muito cedo para trabalhar e a minha mãe foi tirada da escola pelo mesmo motivo, sendo esse fato preponderante para que minha mãe quisesse me ver formada como professora, profissão que era muito almejada em sua época.

Iniciei meus estudos no Estado Mato Grosso do Sul, em uma sala de aula rural chamada Ernesto Brandalize, onde finalizei a quarta série do ensino fundamental, último período que era permitido para esse tipo de sala. Ao iniciar o ensino fundamental II, meus pais tiveram que tomar a decisão de voltar para nossa terra natal, a cidade Populina, no Estado de São Paulo, para que eu pudesse dar continuidade aos estudos. E, apesar de todas as adversidades enfrentadas no cotidiano da vida, estudar para mim foi sempre um meio de fuga de todas essas dificuldades. Por isso, a minha trajetória escolar sempre foi marcada pela dedicação e compromisso, com o apoio de minha mãe, cujo sonho foi me ver como mulher letrada e independente.

No final da terceira série do Ensino Médio, com apenas dezessete anos, iniciei meu caminho acadêmico. Lembro-me que uma professora de Matemática, uma pessoa por sinal muito especial, me dizia que eu deveria prosseguir com estudos e fazer algum curso relacionado a exatas, pois eu tinha muita facilidade com essa disciplina, além disso, minha mãe tinha o sonho de me ver professora. Juntou-se a todos estes fatores o fato de que a área de licenciatura era a mais acessível a bolsas de estudos e, assim, decidi por fazer Licenciatura Plena em Matemática.

Iniciei o curso de matemática aos dezessete anos de idade, com uma bolsa de estudos de um ano, oferecida pelo município onde residia. O primeiro ano foi muito difícil acadêmica e economicamente, pois tive que me dedicar e me adaptar muito aos estudos que eram muito complexos. No segundo ano, as coisas pareciam melhores: fui contemplada por uma bolsa de

estudos do governo estadual por meio do programa Escola da Família e, cada vez mais, tomava gosto pelo curso.

Assim foi transcorrendo o tempo, e fui me adaptando a rotina de trabalho aos finais de semana para garantir a bolsa de estudos e, ao mesmo tempo, mantive a dedicação aos estudos. Porém, ao iniciar o terceiro ano do curso, recebi uma proposta para lecionar como professora substituta na Escola Estadual Lesbino de Souza Alkmin, escola em que eu também fui estudante. Vislumbrando o início da carreira, aceitei substituição de uma sala de aula pelo período de trinta dias, e foi a partir desse momento que compreendi todas as dificuldades do trabalho docente.

Infelizmente, era muito nova e não sabia como agir. Muitas vezes não sabia qual caminho seguir por conta do medo, da angústia e da decepção, pois, na minha cabeça, existia um ideário de sala de aula e de modelo de professor, que, com o tempo, percebi que só existia no meu imaginário.

Recordo que, no curso de licenciatura, poucas disciplinas tratavam de todas as dificuldades envolvidas no ensino: questões emocionais e sociais, indisciplina, falta de recurso e apoio pedagógico, desmotivação salarial e tantos outros fatores que são demandados ao professor. Depois de lecionar por um período e realizar os estágios, ao final do quarto ano, decidi que não queria seguir a carreira docente, pois nunca quis me acomodar a situação e prosseguir afetando talvez a vida de muitos alunos.

Mesmo assim, decidi permanecer na área da educação em outro campo de atuação. Prestei um concurso de agente de organização escolar, fui convocada e exerci a função por quase cinco anos, também na escola em que estudei e lecionei.

Simultaneamente ao trabalho, sempre em busca de conhecimento, iniciei uma pós-graduação em Educação Matemática, na Unesp de Ilha Solteira, porém não consegui concluir o curso. Esse foi, entretanto, o começo de uma reflexão profissional. No trabalho como inspetora escolar, vivenciei muito o dia a dia da escola: conheci a rotina dos professores e dos alunos, me aproximei mais dos alunos, fiz amizades, criei vínculos, conheci suas histórias e lutas de vida, e, ali, assim como eu, muitos também passavam pelas mesmas desigualdades sociais.

Vivenciar essa experiência me fez entender o quanto a realidade escolar é complexa e o quão difícil é para qualquer profissional da educação lidar com isso. Infelizmente, o descrédito e as condições de trabalho são fatores determinantes que, na maioria das vezes, nos leva a desistir dessa luta diária que é educar.

Depois de um tempo, decidi exonerar do meu cargo e mudar de Populina para São José do Rio Preto, mas ainda decidi permanecer na área educacional, porém em faculdades de ensino a distância, trabalhando na área administrativa. Mesmo assim, sempre prestei concursos e busquei uma nova oportunidade na esfera pública. Logo fui aprovada para cargo público municipal de agente administrativo e, quando iniciei nesse trabalho, pensei que novamente seria escolhida para trabalhar na educação, em razão de toda minha bagagem profissional ser relacionada a essa área. Surpreendentemente, fui convocada atuar, por período breve, na secretaria de saúde e, logo depois, fui transferida para secretaria de assistência social.

Atuando nessa pasta, percebi que muitos programas sociais estavam sempre interligados à educação. Foi também na assistência social que conheci outra faceta do pedagogo para além da escola. Foi conhecendo essa área de atuação que decidi iniciar o curso de Pedagogia. Nesse período, já havia me tornado mãe e havia muitas dúvidas se conseguiria fazer outra faculdade, se valeria a pena tentar mais um curso de licenciatura, mas, mesmo assim, iniciei o curso. No primeiro momento, a adaptação ao ensino a distância e a rotina de estudos foi muito complexa, mas prossegui com estudos, pois cada vez mais pensava o quão valioso era aprender, para talvez exercer a profissão em outro campo de atuação, para ter mais conhecimento em minha realidade profissional, enfim, um conhecimento para vida.

Os últimos anos do curso, para mim, foram os mais difíceis, pois, por conta da pandemia, muitas expectativas foram frustradas. A realização do estágio, por exemplo, era um grande desejo. Voltar à sala de aula, ver professores ensinando e compreender de todas as suas dificuldades é de suma importância nessa profissão. Apesar de todas essas adversidades, concluir o curso será uma realização pessoal, pois, além de todo amadurecimento que vida me proporcionou ao longo do tempo, no curso de Pedagogia, pude repensar a profissão docente, rever conceitos preestabelecidos, agregar novos valores e conhecimentos que ultrapassam limites da mera atuação profissional.

No entanto, mesmo diante de tanto conhecimento adquirido, hoje, na minha atual profissão, por diversas vezes, presencio a questão social reverberando na escola e sempre me pergunto se estamos preparados para toda a complexidade que envolve o trabalho do pedagogo, seja na escola ou na assistência social. Questiono-me quantos entre nós muitas vezes sentem-se desamparados, se só nossa formação nos basta e quais são as condições que temos para que possamos realizar nosso trabalho. Esses questionamentos causam angústia,

pois me pergunto se tenho as condições necessárias para ser uma boa profissional ou serei apenas mais uma presa nesse emaranhado de problemas.

Todos esses questionamentos me levam a uma reflexão sobre o trabalho do pedagogo e sua importância, não só na escola, mas em todos seus campos de atuação. Como já mencionado, trabalho há algum tempo na Secretaria da Assistência Social da prefeitura de São José do Rio Preto/SP e, cada vez mais, me interesso pelo papel do pedagogo nesses espaços. Tendo em vista que até pouco tempo o espaço escolar e a sala de aula eram locais únicos e restritos de trabalho, hoje o pedagogo passa a se inserir em novos espaços de atuação, o que exige buscar uma nova visão sobre a profissão.

Assim, indago que conhecimentos adquiridos na nossa área formativa nos permitem atuar nos territórios socioassistenciais e que conhecimentos devemos mobilizar nos cursos de formação de Pedagogia para atender a esse perfil profissional. Enfim, gostaria de me aprofundar na formação do pedagogo para atuar junto ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e como nosso curso nos prepara para formação além da atuação na escola.

Sabemos que, historicamente, o curso de Pedagogia sempre esteve pensado com vistas à prática docente, apesar de hoje as Diretrizes Curriculares Nacionais apresentarem o trabalho do profissional para além do espaço escolar. Para Libâneo (2001), a Pedagogia não se trata somente da educação escolar, mas sim de todos atos educativos que podem ocorrer nos diversos processos sociais vivenciados pelo ser humano, sendo assim, ela pode estar presente diversos segmentos sociais. O processo evolutivo da sociedade amplia o conceito de educação, que resulta em diferentes atividades educativas. Assim, hoje a educação se apresenta em espaços formais, não formais e informais. Atualmente, temos uma diversidade de práticas pedagógicas que estão presentes nas mais variadas formas de comunicação (programas de TV, revistas, jornais etc.).

É dentro dessas várias possibilidades de atuação do pedagogo que este estudo apresenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como um dos campos de trabalho educativo de caráter não escolar. A Política de Assistência Social trabalha pela emancipação de seus usuários, portanto, o pedagogo, por sua formação pedagógica, pode trazer grandes contribuições nesse campo, uma vez que dispõe de conhecimentos pedagógicos necessários para práticas educativas que se realizam nesse espaço.

Neste trabalho, dentro da Política de Assistência, apresentamos o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) como um dos espaços em que se constitui a atuação do pedagogo. Apresenta-se ainda, no campo da Proteção Social Básica, o Serviço

de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que oferece o trabalho com grupos de diversas faixas etárias e que, atualmente, conta com participação de muitos pedagogos em sua realização.

Este estudo teve como objetivo a discussão da formação do pedagogo dentro dos espaços não escolares e a reflexão sobre sua atuação no âmbito da Política Pública de Assistência Social, mais especificamente no Centro de Referência da Assistência Social, bem como os desafios profissionais nesse campo de atuação. Para esse levantamento, também foi estudado o conceito educativo de Pedagogia e foram feitos apontamentos em relação a formação desse profissional.

O interesse por esse assunto veio do campo profissional em que atualmente atuo, já que, diversas vezes, tenho contato com esses profissionais. Diante do encontro com esse campo de atuação, houve o questionamento: como a formação dos pedagogos possibilita o trabalho na Política de Assistência Social e em quais espaços esse trabalho é realizado?

Compreende-se a importância da pesquisa, uma vez que amplia nossos conhecimentos sobre curso de Pedagogia e nos permite conhecer outras políticas públicas, como a Assistência Social, que apresenta a prática educativa do pedagogo dentro de variados espaços, especialmente nos CRAS. Além disso, esta pesquisa proporciona uma reflexão sobre a amplitude do trabalho do pedagogo atualmente, para além dos muros escolares

Para esta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico. Apresentamos o conceito de educação e de práticas educativas que existem na atualidade e a maneira como curso de Pedagogia se apresenta nesse contexto. Relatamos também um pouco do aspecto legal da formação do pedagogo e dos campos de atuação que propiciam sua inserção. Além disso, registra-se um pouco da Política de Assistência Social como campo de atuação e do espaço do CRAS como proposta de trabalho. Por fim, este trabalho finaliza-se com as análises sobre as informações estudadas e com a apresentação das considerações finais.

2 EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO PARA ATUAR ALÉM DOS CONTEXTOS ESCOLARES

2.1 – Pedagogia – Conceito Educativo

Segundo Libâneo (2001), a pedagogia é comumente associada ao ato de ensinar, de trabalhar com crianças, e essa tradição data do início da década de 1930, influenciada pelos pioneiros da educação nova, que tinham em sua perspectiva que Pedagogia era curso voltado à formação de professores das séries iniciais. E, dessa tradição histórica, ficou o senso comum de que pedagogo é alguém que ensina algo. Nas palavras do autor, Pedagogia é um campo bem mais amplo, que diz respeito não só ao trabalho escolar, mas a toda ação educativa:

(...) Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas (LIBÂNEO, 2001, p. 4).

Para o pesquisador, a Pedagogia é campo de estudo da educação como um todo e não só da educação escolar, é o estudo de todos atos educativos que podem ocorrer nos diversos processos sociais vivenciados pelo ser humano, pode ser estar presente em variados ambientes em que se produza e compartilhe conhecimentos, como casa, igreja, trabalho, ou qualquer lugar que promova reflexões sobre a educação, suas ações e processos. Sendo assim, ela pode estar presente diversos segmentos sociais.

Em seu estudo, o autor afirma que, em nossa atual sociedade, ocorre uma ampliação do conceito de educação, o que implica em diferentes atividades educativas. Segundo o pesquisador, vivemos em uma sociedade pedagógica, em que as modalidades de educação se apresentam em espaços formais, não formais e informais. Atualmente, as práticas pedagógicas estão presentes nas mais variadas formas de comunicação (programas de TV, revistas, jornais etc.), essas práticas diversas possibilitam diferentes formas de conceber a educação e tornam ainda mais complexo o seu significado.

Por conta do avanço do capitalismo frente a economia e, conseqüentemente, do crescimento do campo científico e tecnológico, emergem novas problemáticas em relação ao

mercado profissional, que acaba por afetar também os sistemas de ensino. Nesse sentido, é necessário repensar o papel da escola e da formação geral, o que implica a formação de um novo perfil de educador.

Assim, ao considerar a Educação como o conjunto de processos da prática humana e social com vistas à formação humana, a Pedagogia estuda todos esses processos formativos, o que implica a impossibilidade de apenas reduzi-la ao processo de ensino. Essa forma de conceber a Pedagogia nos leva ao entendimento de três tipos de pedagogos:

1) pedagogos *lato sensu*, já que todos os profissionais se ocupam de domínios e problemas da prática educativa em suas várias manifestações e modalidades, são, genuinamente, pedagogos. São incluídos, aqui, os professores de todos os níveis e modalidades de ensino; 2) pedagogos *stricto sensu*, como aqueles especialistas que, sempre com a contribuição das demais ciências da educação e sem restringir sua atividade profissional ao ensino, trabalham com atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições; 3) pedagogos ocasionais, que dedicam parte de seu tempo em atividades conexas à assimilação e reconstrução de uma diversidade de saberes (LIBÂNEO, 2001, p. 11).

Diante de todas essas definições, conclui-se que o curso de Pedagogia deve visar a formação de um pedagogo que esteja apto a atuar nas várias práticas educativas e atender a todos os processos formativos, formal, não formal e informal, advindos das novas realidades. Faz-se importante a distinção entre o pedagogo-especialista e o profissional docente, pois um refere-se ao trabalho pedagógico que atende a um amplo leque de práticas educativas, enquanto o outro é o trabalho pedagógico que se apresenta na escola. Dentro desse contexto de uma Pedagogia que atenda diversas práticas pedagógicas, é que precisamos pensar o trabalho do pedagogo de Política de Assistência Social.

É importante também citar que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos, como normativa, possibilita o trabalho do pedagogo em outros campos em que a função educativa esteja presente, por isso faz-se necessária a discussão da educação não escolar e compreensão da Pedagogia como campo científico. Sendo assim, é necessário refletir sobre a importância de conhecer essas outras possibilidades, compreendendo que a educação é um processo que acontece nesses diversos espaços e refletindo sobre a atuação do pedagogo dentro desses variados campos de atuação.

2.2 – Formação e os campos de atuação profissional do pedagogo

Hoje, a Pedagogia tem como finalidade descobrir caminhos que permitam a transformação das práticas educacionais, por isso é de suma importância que o pedagogo busque a compreensão de cada ambiente social em que estará inserido, dos fenômenos sociais que nele se apresentam e dos processos que neles ocorrem. É necessário o entendimento das diversidades e vulnerabilidades das situações que serão apresentadas nessas práticas.

Com a chegada do século XXI e com o novo cenário em que educação está inserida, criam-se novos espaços para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, isso implica em espaços diversificados de campos de atuação do pedagogo: empresas, hospitais, recursos humanos, ONGs e também outros setores de políticas públicas, como a Política de Assistência Social. Considerando que em toda prática educativa existe uma prática pedagógica e que, onde houver uma prática social com intencionalidade de formação, o pedagogo pode estar inserido, o espaço escolar deixa de ser única possibilidade de exercício do pedagogo.

As DCNs, em seu artigo 4, inciso I e II, estabelece os campos de atuação do pedagogo para além dos muros escolares:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, Art.4)

Porém, nos cursos de formação de Pedagogia, a predominância é a formação voltada para a atuação pedagógica em ambiente escolar, pois a legislação não deixa claro como esse profissional vai ser formado e quais os objetivos da atuação nesses diferentes espaços. O resultado é uma falta de discussão acerca da dimensão do trabalho do profissional de Pedagogia.

De início, a formação do pedagogo foi marcada pela dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura. Aos bacharéis era dada a habilitação técnica, enquanto os profissionais licenciados exerciam suas atividades nas Escolas Normais e Secundária. A partir dos anos 80, alguns grupos buscavam uma nova reconceituação do curso de Pedagogia, visando a superação da divisão do curso e a docência como identidade profissional. Em 1996, ocorre a

publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e as discussões a respeito do curso de Pedagogia se aprofundaram, pois alguns aspectos da lei deixavam uma imprecisão na formação profissional do pedagogo.

Foi em 2006, com a aprovação da Resolução CNE 01, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para cursos de Graduação em Pedagogia, que ficou definido o campo de atuação desse profissional na educação em ambientes escolares e não escolares.

Tendo em vista todas essas mudanças nas legislações, hoje é necessário pensar a formação do pedagogo, prezando a reflexão crítica e um currículo articulador e interdisciplinar. Isso implica a construção de conhecimentos em colaboração com outros campos teóricos, como os filosóficos, os antropológicos, os culturais e outros. Os currículos dos Cursos de Pedagogia precisam proporcionar aos formandos conhecimentos necessários para atuação nesses variados campos, para que o profissional seja capaz de atuar tanto nos ambientes escolares, quanto nos não escolares. É preciso desenvolver saberes que proporcionem uma atuação de competência tanto na docência, quanto na gestão e demais instituições não escolares.

Diante dessas várias possibilidades de atuação do pedagogo fora do contexto escolar, estudos têm mostrado um crescimento significativo da atuação do pedagogo nos serviços de Assistência Social, um dos campos de trabalho educativo de caráter não escolar.

O trabalho da Política de Assistência Social visa a emancipação de seus usuários e a luta pela garantia de seus direitos, sendo assim o pedagogo, por sua formação pedagógica, pode trazer grandes contribuições no âmbito dessa atuação, uma vez que tem os conhecimentos pedagógicos necessários para as diversas práticas educativas que se realizam nesse espaço. Schneider (2012, p. 56) cita que: “Além de ser uma agente de ensino, de pesquisa e compreensão da realidade, o pedagogo deve ser um agente transformador do seu meio social”, essa fala mostra-se bastante importante quando se tem por objetivo entender a dimensão do trabalho do pedagogo, principalmente no campo da Assistência Social.

3 CONHECENDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 – As legislações que definem a Política de Assistência Social

O surgimento do capitalismo industrial e a forte migração da população para centros urbanos são contextos que estão na base do surgimento do Serviço Social. É também nesse período em que há um grande aumento das desigualdades sociais no Brasil, portanto o Serviço Social surge como forma de responder ao agravamento dos problemas sociais.

Historicamente, o Serviço Social sempre esteve vinculado a ações de caridade e à benevolência da Igreja Católica, o que fez, por muito tempo e ainda hoje, com que as pessoas o confundissem com um serviço de caráter assistencialista, e esse pensamento acabou por influenciar a Política de Assistência Social, em seu início.

Foi com a Constituição Federal de 1988 que a Política de Assistência Social passou a ser reconhecida como Política Pública de Proteção Social, parte do tripé da Seguridade Social, passando assim a ser reconhecida como direito social:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988, Art. 194.).

No entanto, ao ser reconhecida como de Política Pública, sofreu um processo de busca por reconhecimento e regulamentação das demandas necessárias à estruturação de seus serviços. Em 07 de dezembro de 1993, aprova-se a Lei nº 8.742, a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, instrumento normativo que rege a organização da assistência social, definindo suas diretrizes e fortalecendo o rompimento com seu caráter histórico assistencialista. O artigo 1º dessa lei também define a Assistência como uma Política de caráter não contributivo:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, Art. 1.).

Assim, com a aprovação da LOAS, também foi instituído o CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, órgão responsável pela promoção do controle social da política de assistência e pelo seu desenvolvimento.

A Constituição Federal, a LOAS e a criação do CNAS são marcos legais de suma importância para desenvolvimento da Política de Assistência Social, porém, no decorrer de sua trajetória, outras normativas foram igualmente importantes para a construção de sua política.

Em 2004, ocorreu a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), dois marcos legais que também reconfiguraram a identidade da Assistência. O MDS tinha em sua responsabilidade a articulação entre gestores federais, estaduais, municipais e a sociedade civil garantindo um sistema de proteção social no país e promovendo as políticas de assistência social. Já a PNAS apresenta diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Com a PNAS, ocorre a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que estrutura os serviços em âmbito nacional, estadual e municipal e suas proteções sociais (básica e especial, de média e de alta complexidade). A implantação do SUAS no sistema de gestão pública brasileira é considerado um marco histórico como consolidação da Política de Assistência.

Em 2005, também se aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) que tem como finalidade estabelecer os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pacto e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS. E, por fim, também faz necessário apresentar a NOB-RH/SUAS/2006 e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). NOB-RH/SUAS/2006 é uma normativa que preza pela garantia da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados e também pela valorização dos trabalhadores que atuam no SUAS. Além das atribuições previstas na NOB-RH/SUAS para cada nível de gestão, a lei também versa sobre a contratação e manutenção de um quadro de pessoal qualificado academicamente, mediante concurso público, para atender as necessidades das ações realizadas pela gestão e dos serviços socioassistenciais. Já a Tipificação Nacional dos Serviços é uma normativa aprovada em 2009 que permitiu a padronização dos serviços de proteção social básica e especial em todo o território nacional

Com base em todo esse corpo legislativo, os serviços de assistência vão sendo estruturados, e assim faz importante mencionar a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe da organização da Assistência Social em dois em dois níveis:

Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (Brasil, 2011, Art.6ºA).

O Serviço de Proteção Social Básica é destinado à prevenção de riscos e o Serviço de Proteção Especial, à superação e à (re)construção de laços familiares, cujos direitos já foram violados. Neste trabalho, nos aprofundaremos nos serviços da Proteção Social Básica que são oferecidos nos territórios através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde são executados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

3.2 – Atuação do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social

NOB-RH/SUAS/2006 é uma normativa que preza pela garantia da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados e também versa sobre a contratação e manutenção de um quadro de pessoal qualificado academicamente, mediante concurso público. Diante dessa lei, entendemos a necessidade da existência de servidores públicos responsáveis pela execução da Política de Assistência e de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços. Um dos eixos estruturantes do SUAS são os recursos humanos, e com a NOB-RH/SUAS são criados parâmetros para que os gestores possam compor as equipes de referência para ofertas de serviços da assistência social.

Na Resolução CNAS 17/2011, são reconhecidas as categorias profissionais de nível superior para atender às funções essenciais do SUAS e, com essa Resolução, apresentou-se a figura do pedagogo no âmbito da Assistência:

Art. 2º Em atendimento às requisições específicas dos serviços socioassistenciais, as categorias profissionais de nível superior reconhecidas por esta Resolução poderão integrar as equipes de referência, observando as exigências do art. 1º desta Resolução.

§ 3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais:

Antropólogo;

Economista Doméstico;
 Pedagogo;
 Sociólogo;
 Terapeuta ocupacional; e
 Musicoterapeuta.

Art. 3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS:

Assistente Social
 Psicólogo
 Advogado
 Administrador
 Antropólogo
 Contador
 Economista
 Economista Doméstico
 Pedagogo
 Sociólogo
 Terapeuta ocupacional (Brasil, 2011, Art. 2 e 3)

A legislação menciona os profissionais de caráter obrigatório e não obrigatório. É na segunda categoria que se enquadra o profissional pedagogo. Apesar de não compor a equipe obrigatória, a lei permite sua atuação dentro da política e isso evidencia a sua importância profissional.

Hoje, muitos pedagogos têm construído sua trajetória profissional na Política de Assistência junto aos serviços da Proteção Social Básica que são oferecidos nos territórios por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde são executados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O PAIF realiza ações de caráter preventivo, protetivo e proativo na perspectiva de apoiar, cuidar e fortalecer vínculos familiares, o SCFV articula-se com PAIF e realiza suas ações em grupos distintos, de acordo com a faixa etária: crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, e, por fim, idosos.

O SCFV é um Serviço de Proteção Básica que foi estabelecido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). De acordo com o documento, o serviço possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, buscando atingir alternativas emancipatórias para enfrentar as situações de risco social. Deve ser ofertado de modo que garanta as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos usuários. É dentro do SCFV que muitos profissionais têm atuado, porém, o trabalho do pedagogo tem se mostrado

de tão grande relevância que sua atuação tem migrado para outras instâncias da Política de Assistência Social.

Diante do trabalho com esses grupos, o pedagogo realiza diversas atividades, como busca ativa de usuários, reuniões e atividades grupais, acompanhamento do rendimento escolar das crianças e jovens atendidos, construção de material didático de orientação, etc. O trabalho do pedagogo dentro do CRAS se constrói nas interações sociais, nos momentos de diálogos e de reflexões, de partilha de conhecimentos, valores e culturas, o que garante um espaço que oportuniza experiências educativas e pedagógicas, e sua função, com essas famílias, deve ser de superação de suas vulnerabilidades sociais, e de desenvolvimento do senso crítico diante de sua realidade social. Suas ações pedagógicas, nesses espaços, devem promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a autonomia do público acompanhado. Nesse sentido, podemos entender que o seu trabalho é de dialogar e humanizar, ou seja, transformar realidades e garantir o processo social de humanizar o homem, e assim podemos concluir que faz todo sentido o espaço da Assistência Social como espaço de atuação do pedagogo.

3.3 – Desafios da constituição da identidade profissional do pedagogo na Política de Assistência Social

Estudos apontam que há uma dificuldade em reconhecer a especificidade da profissão do pedagogo e da constituição de sua identidade profissional, por isso é tão necessário discutir sua formação e atuação, e pensar sobre os conhecimentos necessários para os processos educativos dentro dos contextos escolares e não escolares.

No que diz ao trabalho na Política de Assistência Social, alguns estudos apontam como possíveis dificuldades a clareza das atribuições de suas funções dentro dessa Política e a desvalorização da importância de sua atuação, visto que muitos só entendem o seu trabalho na dimensão da prática docente. Também importante mencionar que a sua figura profissional não está constituída como de caráter obrigatório nas legislações do SUAS. Pesquisas ainda mencionam a importância do reconhecimento social da profissão em todos aspectos sociais, incluindo o da Assistência. Por isso, é necessária uma política clara e abrangente na formação desse profissional, uma política mais ampla que repense essa formação, que possibilite o pensar desse profissional nos seus diversos contextos sociais, e amplie e faça conhecer as suas possibilidades de atuação profissional além do espaço escolar.

4 METODOLOGIA

Neste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica para aquisição de conhecimentos a respeito do tema Políticas Públicas e Educação: Formação do Pedagogo e sua atuação junto ao Sistema Único de Assistência Social- SUAS. Foram pesquisados livros, sites, artigos científicos e as legislações referentes a formação do pedagogo e sua atuação na Política de Assistência Social, documentação essa que fundamenta a temática.

5 CONCLUSÃO

Através da pesquisa foi possível trazer reflexões sobre a importância da formação do pedagogo e da discussão da atuação profissional em espaços além dos escolares. Assim, nos deparamos com a necessidade de uma formação que atenda a essa nova realidade e não somente à prática educativa docente. Destaca-se, também, a apresentação da Política de Assistência Social como possibilidade de trabalho para pedagogo, ressaltando o Sistema Único de Assistência Social por meio da Proteção Social Básica como espaço importante de atividade educativa e pedagógica não docente, no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social.

As informações estudadas mostram a importância dos SCFV (Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos), espaço para promoção do pedagogo nessa Política, em função das ações pedagógicas que privilegiam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a autonomia do público acompanhado. Assim, o trabalho do profissional deve ser o de dialogar e humanizar, no sentido de transformar realidades. Portanto, esse trabalho requer uma formação propícia e aprofundada do profissional. Dentre essas discussões, também são identificados os desafios da constituição de sua identidade na Assistência, como a clareza de suas atribuições, a não composição obrigatória nas equipes de referências do SUAS e o reconhecimento social da profissão.

O presente estudo mostra, portanto, a importância da formação do pedagogo e a relevância de sua atuação na Política de Assistência Social no que concerne o seu trabalho frente a estes espaços não formais.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristiane Campos de. O(S) Desafio(s) da atuação do Pedagogo na Política Pública de Assistência Social. In: Seminário Formação Docente: Intersecção entre Universidade e Escola, 4. , 2019, Dourados. Anais eletrônicos... Dourados: UEMS, 2019, p. 1-12. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/5715/5872>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004. Norma Operacional Básica –NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 –Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Resolução CNAS nº17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: NOB-RH/SUAS. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115722>. Acesso em: 20 set. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 1/2006, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

CUNHA, Aline Lemos da. et al. Pedagogia e ambientes não escolares, 1. ed., Curitiba: InterSaberes, 2012.

GESUAS. Blog GESUAS, 2018. Página inicial. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

JUNIOR, Antônio Walter Ribeiro de Barros et al. O Trabalho do Pedagogo nas Entidades Sociais: Análise das ações pedagógicas integradas às Políticas Públicas de Assistência Social. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9453/6600/>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Artigos de demanda contínua. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176.2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2074/1726>. Acesso em 26 set. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpressão, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

PRATES, Angela Maria Moura Costa Prates. Política de Seguridade Social: Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 1. ed., Curitiba: InterSaberes, 2019.

SANTANA, Sara dos Santos. Curso de Pedagogia no Brasil: Trajetória, Saberes e Profissionalização. 2017. PetPedagogia UFBA. Disponível em: <http://petpedagogia.ufba.br/curso-de-pedagogia-no-brasil-trajetoria-saberes-e-profissionalizacao>. Acesso em 20 set. 2021.

SANTOS, Joana Darc Cardoso.; COSTA, Artemízia Ribeiro Lima; NUNES, Albano Oliveira. O Pedagogo no âmbito da assistência social. Educação&Linguagem, Ceará, v. 4, n. 2, Dez. 2017. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2018/03/5_EDUC_20172.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

SOLIGO. Valdecir; DILL. Pamela Anibal. Serviços de Proteção Social Básica como espaço de ação do Pedagogo: Educação para além dos muros escolares, Revista Educação e Emancipação, São Luís, vol. 14, n. 1, p. 237 -264, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/16517/8879>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIEIRA, Franciele Rodrigues. Educação Não Escolar: ampliando as possibilidades de atuação do pedagogo. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cruz Alta, 2019. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1831/26899_000007cc.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 04 de out. de 2021.